

REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DO MST: ENTRE CENSURAS E POTÊNCIAS DA MÍDIA¹

Yasmin Ribeiro Gatto Cardoso²; André Aparecido Medeiros³

Resumo: Enquanto a atuação estatal e privada frequentemente é atenuada pela imprensa hegemônica, ou posicionada de modo a ser apresentada como sensata e necessária, a retratação de um movimento social, muitas vezes, faz uso de conceitos que motivam um julgamento negativo por parte do público. O MST, como outros movimentos sociais, nem sempre é noticiado de forma adequada. Tal fator soma-se ao fato de os militantes serem alvo de preconceitos e agressões, que acabam sendo naturalizadas. A gravidade é percebida na medida em que se reconhece que, ao retratar assuntos de interesse público, o jornalismo exerce influência sobre a sociedade, produzindo discursos que repercutem na formação do imaginário coletivo, muitas vezes consolidando imagens deturpadas. Buscando identificar meios pelos quais dois sites de diferentes tipos de mídia fazem seu enquadramento, foram analisadas quatro notícias – duas do G1 e duas do site oficial do MST – relativas a fatos do dia 7 de abril de 2016, envolvendo a Polícia Militar e militantes do MST, acampados em Quedas do Iguaçu, Paraná. Este artigo tem como premissa que na mídia alternativa ou radical e em estratégias como a Comunicação Para a Paz podem ser encontradas opções à comunicação tendenciosa, abrindo espaço para diferentes grupos e mensagens. Entendendo a importância de uma cobertura que contextualize a situação e não prive envolvidos de um adequado espaço para a expressão, serão enfatizadas as possibilidades democráticas da comunicação comunitária e serão utilizadas as contribuições da Comunicação para a Paz, para a participação cidadã dos diferentes grupos.

Palavras-chave: movimentos sociais; MST; mídia alternativa; enquadramento jornalístico; Comunicação para a Paz.

Introdução

No dia 7 de abril de 2016, houve uma intervenção da Polícia Militar do Paraná, acompanhada de seguranças contratados pela empresa Araupel, ao MST. O ato deixou dois militantes mortos e seis feridos. O acontecimento teve repercussão nacional e foi amplamente divulgado pela mídia massiva.

A mídia tradicional divulgou o caso de forma diferente do movimento. Com base nessa diferença de cobertura noticiosa, se fez uma comparação entre notícias (do G1 e do site do

¹ Artigo apresentado ao Eixo Temático 06 – Jornalismo / Jornalismo Independente / Mídia Livre, do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

² Mestranda na Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC/Unesp, Câmpus Bauru. E-mail: yasmin_gatto_cardoso@hotmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC/Unesp, Câmpus Bauru. E-mail: moinhodeversos@gmail.com

MST), inferindo a potência da mídia radical⁴ frente às censuras que os movimentos sociais recebem na mídia tradicional.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em seus ideais, em sua história, em suas necessidades e na busca pelos direitos que cabem a seus militantes, encontra resistência na mídia hegemônica e no Estado. Um fator associado está na ligação entre representantes destes setores com grandes corporações privadas.

Este estudo surge da busca por refletir os modos como elementos da informação são escolhidos/ selecionados e transmitidos. Tem como objetivo fazer uma análise entre as abordagens jornalísticas sobre os assassinatos que ocorreram, decorrentes da repressão policial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, envolvendo o caso. Atrelado à reflexão sobre as funções sociais da mídia, procura-se observar as diferenças na cobertura do acontecimento por parte do G1 (escolhido por ser um site com elevado acesso e repercussão) e da mídia do MST, por meio do site oficial do movimento (como exemplo de abordagem alternativa à imprensa hegemônica), considerando que não possuem a mesma direção político-ideológica. Em ambos os sites, as duas primeiras notícias relacionadas ao ocorrido são analisadas, abrangendo os dias 7 e 8 de abril.

As análises e os apontamentos de possibilidades para a comunicação se fazem com base no referencial teórico de censura invisível (BORDIEU, 1997), enquadramento jornalístico (CARVALHO, 2009), (SOARES, 2009), mídia comunitária, alternativa ou radical (PERUZZO, 2009), (DOWNING, 2010) e Comunicação para a Paz (SHINAR, 2008), (NOS ALDÁS, 2010).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce em janeiro de 1984 no Centro-Sul do país (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em função de diversos fatores, especialmente a centralização da agricultura. O MST não surge apenas da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento legítimo porque coincidiu com a busca mais ampla da democratização do país, para a qual a reforma agrária era importante. Soma-se a esse interesse, o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979 (STEDILE; FERNANDES, 1999).

⁴ Termo empregado por alguns autores como: mídia comunitária, alternativa (PERUZZO, 2009) e mídia dos movimentos sociais e radical (DOWNING, 2010).

O MST é a continuação de 500 anos de disputas envolvendo a terra. São cinco séculos de oposição de grupos ao latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que procuram terra para trabalhar e para viver com dignidade. Constroem experiências de organização do trabalho e da produção, buscando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e à expropriação.

O movimento dá continuidade a um histórico de militâncias populares e sustenta sua organização na ligação com a realidade do camponês e na avaliação política constante e prática, de acordo com seus princípios organizativos, como a direção coletiva, o estudo e o vínculo com a base (SOUZA, 2015).

Ele nasce tendo como bandeira três reivindicações: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. É um movimento popular, tem característica sindical e é um elemento político. O MST faz oposição à classe dos latifundiários (Estado Burguês) e encontrou como palavras de ordem: “A reforma agrária é uma luta de todos” e “Ocupação é a única solução”.

Seus objetivos estratégicos se relacionam à eliminação da pobreza e das desigualdades sociais, de modo que, no âmbito rural, o início da trajetória precisa passar pela distribuição da propriedade da terra (STEDILE; FERNANDES, 1999). O movimento é uma organização política e, na busca por seus objetivos, trabalha em várias frentes, como reinvidicação por reforma agrária, produção de alimentos, educação e melhoria na saúde e na vida dos membros. Outro ponto de destaque é o termo ocupação, que costuma ser pouco entendido e usado pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral. Segundo os autores, desde o surgimento do MST, o termo ocupação é entendido como “uma forma aglutinadora, não é um grito isolado”.

Consciente do papel social das mídias e visando a unir forças na disputa contra-hegemônica, o MST criou o Setor de Comunicação, que cumpre a função de construção dos próprios veículos de comunicação, “tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponta entre a organização com os demais meios de comunicação.” (MST, 2016a) O MST possui ou está inscrito em diversas mídias: Facebook, Twitter, Youtube, Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra e Site Oficial, que contém muitas informações acerca do movimento.

Jornalismo hegemônico e sua atuação

Enquanto a atuação privada e estatal frequentemente é atenuada pela imprensa hegemônica, ou posicionada de modo a ser apresentada como sensata e necessária, a retratação do MST, muitas vezes, faz uso de conceitos que podem motivar um julgamento negativo. O movimento social não costuma ser noticiado de forma correta. Tal fator soma-se ao fato de os militantes serem alvo de preconceitos e agressões, que acabam sendo naturalizadas.

A gravidade da imprópria formulação de coberturas noticiosas e da existência de enquadramentos que induzem um julgamento inadequado é perceptível na medida em que se reconhece que, ao retratar assuntos de interesse público, o jornalismo exerce influência sobre a sociedade, produzindo discursos que repercutem na formação do imaginário coletivo. Assim, o jornalismo, por vezes, atua na consolidação de imagens deturpadas. Este trabalho tem como premissa que na mídia alternativa ou radical se pode encontrar uma opção à comunicação tendenciosa, pois a mídia alternativa confere, com mais frequência, espaço para diferentes grupos e mensagens. Com o intuito de observar exemplos desse mecanismo, bem como a possibilidade de alterações existentes, objetiva-se analisar abordagens jornalísticas sobre os assassinatos e o conjunto de fatos decorrentes da repressão policial ao MST, em abril de 2016, em Quedas do Iguaçu, Paraná.

O jornalismo possui o papel social de informar a sociedade, contudo, nota-se que, muitas vezes, interesses ideológicos, referentes a pessoas ou grupos detentores do poder, se sobrepõe ao que deveria ser informado. Frequentemente, a mídia é desigual ao retratar diferentes pontos de vista, exercendo parcialidade, mesmo que esta possa passar despercebida ao olhar do público, quando habituado com a prática e com o enquadramento.

O jornalismo, em muitos casos, não faz uso do potencial democrático que seu alcance e influência favorecem. Ele exerce elevada interferência sobre as opiniões e, muitas vezes, faz uso negativo dessa capacidade. É comum que a influência do jornalismo não seja empregada na promoção do respeito e da justiça social. Problematiza-se a forma como a notícia é, por vezes construída, em suas referências, nas imagens mostradas, nas palavras utilizadas e nas fontes conferidas. Afastando a causa coletiva e atendendo a interesses parciais, o jornalismo deixa de ser um meio para o exercício da democracia e passa a ser um espaço para o exercício do poder simbólico.

Bourdieu (1997) explica como o jornalismo confere força aos jornalistas. Para o autor, os jornalistas detêm uma forma rara de dominação, com o poder sobre os meios para se

expressar publicamente. Esse poder, por vezes, é desviado para proveitos ideológicos, levando jornalistas a imporem à sociedade sua visão de mundo ou a visão daqueles para os quais trabalham. Assim sendo, entendemos que, muitas vezes, a força dos jornalistas não favorece a eles ou à sua profissão, mas passa a ser uma peça no sistema de domínio e de desigualdade.

Diversas vezes, pautas delicadas são retratadas de modo inadequado. Ao elencar o que será apresentado e ao construir a informação, a imprensa promove o que Bourdieu (1997) chama de censura invisível, notada na constatação de que, não raras vezes, mostra algo diferente do que é preciso mostrar; mostra o que é preciso mostrar, mas de maneira a torná-lo insignificante; reconstrói a informação de modo a adquirir um sentido que não corresponda ao real. Podem-se notar casos nos quais a seleção da notícia busca o sensacional e convida à dramatização. Conforme discute o autor, enquanto certos fatos são mostrados de modo insignificante, outros são reconstruídos de modo a receberem elevada importância e gravidade, com ênfase exagerada no trágico. Na lógica instaurada, como denuncia o autor, passa a ser aceitável que, em relação a grupos marginalizados, a abordagem de rebeliões possua maior conveniência. Por extensão, entendemos que o mesmo recurso é empregado com relação aos movimentos sociais, transmitindo um conceito definido e fixo.

Reforçando tais aspectos, Nos Aldás (2010), tendo em vista que os meios de comunicação influenciam o pensamento e a aprendizagem da sociedade, discute importantes características relacionadas ao poder da comunicação. Considerando os traços massivos da mídia hegemônica, é necessária, segundo a autora, uma reeducação das competências comunicativas dos públicos. Alerta que, muitas vezes, a mensagem é transmitida como verdade absoluta, com enfoque persuasivo, afastando o público da possibilidade de dúvida. A mensagem é, frequentemente, apresentada como completa e como única opção da realidade.

Enquadramento Jornalístico

A atividade jornalística permite ao jornalista promover “recortes” do real, excluindo assim alguns aspectos dos acontecimentos ou dando ênfase a outros fatos. Ao fazer esses recortes arbitrários, o repórter não noticia na perspectiva da totalidade, mas sim por meio de fragmentos, isto é, de enquadramentos. “O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença” (CARVALHO, 2009, p.3). Ou seja, o enquadramento vai possibilitar ao indivíduo uma interpretação da notícia, podendo ele entender a cena que está sendo apresentada para ele naquele momento.

[...] narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste [...] na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante. (CARVALHO, 2009, p.5).

Ao enquadrar uma notícia, o jornalista seleciona aspectos que possam proporcionar ao leitor o entendimento do fato. É válido lembrar que esse entendimento do leitor vai depender do conhecimento de mundo que ele tem; é o conhecimento primário do leitor sendo acionado. “A estrutura primária é o que permite aos indivíduos interpretar o mundo à sua volta, constituindo um esquema de interpretações que permite dar significado” (GOFFMAN, 2006, p.21).

Essa teoria é útil ao analisar materiais jornalísticos, pois possibilita ao pesquisador perceber, dentro dos textos, o tema selecionado e o que foi enfatizado, podendo pensar sobre os aspectos excluídos e o possível motivo dessa exclusão.

[...] ao fornecerem, repetirem e, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas ideias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas ideias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis. As orientações dos enquadramentos são difíceis de detectar porque muitos artifícios podem parecer “naturais”, simples escolhas de palavras ou imagens. (ENTMAN, 1993 apud SOARES, 2009, p.3).

É válido pensar também como os operadores jornalísticos e os consumidores desses produtos interagem e dão suporte para o entendimento dos acontecimentos sociais, entrando assim em uma reprodução de ideias, salientando aspectos que favorecem determinadas características, sendo elas boas ou ruins para o MST.

O enquadramento, forma de representação própria do jornalismo, exerce forte influência nos leitores e isso é confirmado por meio de várias pesquisas empíricas (SOARES, 2009, p. 19). A representação não é apenas uma informação pontual, mas traz consigo um tipo de simulação de objetos, eventos, manifestações, relações sociais com o objetivo de mostrá-los de alguma maneira.

[...] os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima da “representação” naquele sentido de uma rerepresentação, a partir da semelhança, da figuratividade da imagem, da simulação. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de

padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc. (SOARES, 2009, p. 18-20).

A representação jornalística dos atos do MST naturaliza quais vieses? De que forma essa representação relata o modo de atuação do movimento na sociedade? Como as censuras são potencializadas ou rompidas de acordo com o enquadramento dado às notícias? É por possibilitar respostas a questionamentos como esses que o enquadramento jornalístico é utilizado nesta pesquisa e tem sido base para diversos estudos sobre etnias, minorias, gênero, movimentos sociais etc. Segundo Soares (2009, p. 20) são as intervenções invisíveis do autor que tem capacidade de influenciar de maneira sucinta a percepção dos leitores, contribuindo para estabelecimento ou fixação de estereótipos.

Análise comparativa entre G1 e Site Oficial do MST

A primeira matéria a ser analisada é do portal de notícias G1, intitulada: “Confronto entre MST e polícia deixa mortos e feridos no sudoeste do PR”, publicada no dia 7 de abril de 2016, dia do acontecimento.

Um trecho da matéria:

Um confronto entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e policiais militares ambientais em um acampamento em Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, deixou ao menos duas pessoas mortas. De acordo com a Polícia Militar (PM), seis pessoas ficaram feridas. O confronto aconteceu nesta quinta-feira (7). Inicialmente, o MST havia afirmado que 22 integrantes do movimento tinham sido atingidos por disparos de arma de fogo. Mas, depois, informou que aproximadamente seis sem-terra estavam feridos e que o número exato ainda não havia sido confirmado porque a polícia estava impedindo a aproximação de integrantes do MST no local. (CORDEIRO; KANIAK, 2016).

A matéria afirma que houve confronto entre integrantes do MST e da PM, como se os dois grupos estivessem armados ou estivessem se enfrentando. Existe uma discordância inicial no número de mortos e feridos divulgados pela polícia e os divulgados pelo movimento. Os dados passados pelo MST são apresentados, destacando um possível equívoco, no qual a afirmação “22 integrantes [...] atingidos” se converte em “aproximadamente seis sem-terra estavam feridos”, de modo a concordar com os dados da PM. Além disso, a PM, segundo informações encontradas no início da matéria, não especifica se “seis pessoas” abrange apenas civis, abrindo uma brecha para o entendimento de que militares pudessem fazer parte da contagem. Apenas no fim da reportagem aparece a informação de que “Ainda não há informações de policiais feridos”.

Durante a notícia, a polícia é colocada como *protetora* de uma propriedade que foi “invasada” pelos sem-terra. No texto, é constante a criminalização do movimento e dos integrantes. As jornalistas fazem uma recuperação da “invasão” que foi feita pelo MST em 2014 e afirmam que integrantes destruíram várias mudas da fazenda. Outro ponto passível de análise abrange as fontes, sendo que a polícia e a Araupel - “uma empresa de reflorestamento e beneficiamento de produtos de madeira que está estabelecida na região há 43 anos” – possuem preponderância de fala e o movimento só fala em uma ocasião.

As jornalistas promovem recortes das falas, usam fotografias que atuam para criminalizar os atos do movimento e defendem a polícia nas falas escolhidas, colocando os policiais como *aqueles que estavam apenas realizando seu trabalho*.

O jornalista tem o poder de defender ou de julgar, ao enquadrar o texto. Rothberg (2007, p.3) menciona, “um enquadramento é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer”. Ou seja, ao selecionar certo aspecto, o jornalista dá ao texto a perspectiva que lhe é mais conveniente.

O enquadramento feito pela mídia hegemônica se torna preocupante pela possibilidade de afastar a percepção do público para a realidade dos acontecimentos, em uma contextualização abrangente. Os termos empregados, podem influenciar na assimilação. Nos Aldás (2010, p. 116) lembra a importância da opção pelo uso de “uma linguagem que atenda à ética dos conteúdos tratados e o compromisso com as circunstâncias que motivam sua comunicação”. A autora evidencia o cuidado que deve existir no trato de temas que envolvam grupos marginalizados: “temas sociais marcados pela vulnerabilidade de certos grupos, não podem ser tratados superficialmente” (idem). As diferentes manifestações comunicativas devem se cruzar no anseio pela ética, de modo que a comunicação parta dos interesses coletivos e não particulares.

A segunda matéria a ser analisada é a do próprio movimento, postada pelo setor de comunicação e foi intitulada: “Sem Terra são assassinados no Paraná”. Também foi publicada no mesmo dia.

Um trecho da matéria:

Na tarde dessa quinta-feira (7), duas equipes da Polícia Militar do Paraná, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel atacaram o acampamento Dom Tomás Balduino, na região de Quedas do Iguaçu, Centro do estado. Até o momento existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos - o número exato ainda não foi confirmado -, pois a polícia militar está, nesse momento, impedindo a aproximação de integrantes do Movimento no local. (MST, 2016b).

É perceptível a diferença na cobertura do acontecimento, apontando para outra direção político-ideológica. Já no título da notícia há a afirmação de que Sem Terra foram assassinados no Paraná. O primeiro parágrafo menciona que os policiais militares “atacaram o acampamento”, deixando espaço para o entendimento do fato de que os acampados não estavam em confronto. É diferente da cobertura feita pelo G1, que afirma que houve “confronto” e criminaliza o movimento. Na mídia hegemônica, por vezes, o movimento é julgado sem poder se explicar em igualdade de voz. Na própria divulgação dos acontecimentos o movimento é, por vezes, culpado. Nesse sentido, Peruzzo (2009, p. 2) menciona que:

[...] a comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial — tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica —, nos modos de organização e nas estratégias de produção/ação.

O enquadramento utilizado pela mídia radical, muitas vezes, muda o sentido do texto. As escolhas são feitas para explicar o que houve sob o ponto de vista marginalizado. Há ênfase em certas palavras, seleção de fontes e exclusão de outras, neste caso analisado, a exclusão de relatos da polícia, que já possui adequado espaço em outros meios. Mais uma vez, nota-se o poder do jornalista ao enquadrar uma notícia.

A terceira notícia a ser analisada é do dia 8 de abril, um dia após o acontecimento. O G1 traz o seguinte título: “MST afirma que vítimas mortas no Paraná foram atingidas pelas costas”.

Neste texto, o G1 coloca muitas falas do movimento, mas a forma de tratá-las continua sendo pejorativa. Um trecho da matéria:

Integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirmam que as duas vítimas mortas na quinta-feira (8) em um confronto com a polícia em Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, foram atingidas "pelas costas". Em nota, o movimento afirma ainda que os sem-terra foram vítimas de uma emboscada feita por policiais militares e por seguranças contratados pela Araupel, empresa de reflorestamento que teve a propriedade invadida em 2014. “No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinados os trabalhadores rurais Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos, e Leomar Bhorbak, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos mais sete

trabalhadores e dois detidos para depor e já foram liberados”, aponta o comunicado. (WURMEISTER, 2016).

O texto veiculado no G1 expõe o cenário de um “confronto” no qual “os policiais afirmam terem sido interceptados por mais de 20 integrantes do MST”, enquanto o MST (2016c) coloca que “não houve confronto algum” e que “aproximadamente 25 trabalhadores Sem Terra [...] foram surpreendidos pelos policiais e seguranças entrincheirados”. Enquanto o G1 (WURMEISTER, 2016) menciona que “armas foram encontradas na área do confronto”, transparecendo que “uma pistola e uma espingarda” eram as armas dos acampados, não menciona quais e quantas eram as outras armas, apenas apresentadas como “e a dos policiais”. Na notícia anterior, por Cordeiro e Kaniak (2016), o G1 já havia abordado que “uma espingarda e uma pistola foram apreendidas com os sem-terra.” MST menciona que, ao serem alvejados [por tiros], os Sem Terra:

[...] para se proteger, correram mato adentro em direção ao acampamento, na tentativa de fugir dos disparos que não cessaram. Em relato a PM admite que os dois corpos fossem recolhidos de dentro da mata. Todas as vítimas foram baleadas pelas costas, o que deixa claro que estavam fugindo e não em confronto com a PM e seguranças.

Em meio à censura do invisível, ocorreu omissão de certos aspectos importantes por parte de alguma das fontes, com relação ao bloqueio policial. Somente a mídia do MST aponta a gravidade do fato, enxergando o bloqueio da PM como um ato que dificultou a investigação e o registro do ocorrido, bem como o atendimento às vítimas, como se pode notar em MST (2016c): “O local onde ocorreu a emboscada ficou isolado pela PM por mais de duas horas, impedindo o socorro dos feridos”.

De modo menos abrangente, a matéria do G1 (CORDEIRO; KANIAK, 2016) se limita a dizer, em uma citação ao MST, que “o número exato [de feridos] ainda não havia sido confirmado porque a polícia estava impedindo a aproximação de integrantes do MST no local.” O fato divulgado pelo G1 é limitado quando em paralelo ao informado pelo movimento, que amplia os grupos que tiveram acesso impedido (“qualquer outra pessoa que se aproximasse para socorrer e documentar”), expandindo a repercussão do feito. A mídia do MST também apresenta outros atos que a PM teria praticado “removeu as vítimas sem a presença do IML, bem como, os objetos da cena do crime”.

Quanto a essa situação, o posicionamento da PM, apresentado pelo G1 (CORDEIRO; KANIAK, 2016), se pauta em outra narrativa, manifestando preocupação com os acampados e com a segurança:

“A PM enviou equipes para o local para resgatar as vítimas e um helicóptero para remover os feridos. Além disso, policiais militares e civis foram para a região com o objetivo de reforçar a segurança, já que há uma briga judicial envolvendo o MST e a empresa Araupel”.

O papel do enquadramento é preponderante no texto, pois “enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (ENTMAN, 2007, p. 164 apud ROTHBERG, 2007, p. 34). Reflete-se os caminhos pelos quais as páginas conduziram os leitores.

Percebe-se que enquanto o MST condenou a atuação da PM, o G1 condenou o movimento. A criminalização efetuada pelo G1 tende a gerar impacto, considerando a sua circulação e a credibilidade atribuída ao site; muitos tiveram acesso às notícias do G1 e menos pessoas acessaram a mídia do MST. Assim sendo, a maior parcela da sociedade tenderá a receber uma imagem negativa do movimento, fator grave, especialmente considerando que grande parte da sociedade não conhece a realidade na qual ele está inserido. Entendemos que mesmo que a cobertura jornalística do G1, nas notícias do dia 8 de abril, tenha conferido mais falas ao MST, ele ainda é noticiado na perspectiva hegemônica da mídia tradicional.

A última matéria aqui apresentada, a qual já teve trechos previamente analisados, intitula-se: “MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná”.

Um trecho da matéria:

Na tarde desta quinta-feira (07 de abril), famílias do MST, organizadas no Acampamento Dom Tomas Balduino, no município de Quedas do Iguaçu, região central do Paraná, foram vítimas de uma emboscada realizada pela Polícia Militar do Estado e por seguranças contratados pela empresa Araupel. No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinados os trabalhadores rurais, Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leomar Bhorbak, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos mais sete trabalhadores e dois detidos para depor e já foram liberados. O acampamento, cuja ocupação teve início em maio de 2015, possui aproximadamente 1,5 mil famílias e está localizado no imóvel rural Rio das Cobras, que foi grilado pela empresa Araupel. A Justiça Federal declarou, em função da grilagem, que as terras são públicas e pertence à União, portanto, devem ser destinadas para a reforma agrária. (MST, 2016c).

Na matéria do movimento, o Setor de Comunicação é enfático na injustiça ocorrida. Ele afirma que o “ataque” da polícia foi “covarde”, possivelmente considerando que os integrantes do movimento estavam despreparados, pois “foram surpreendidos” pela “emboscada” e não aparentavam estar dispostos a um “confronto”, inclusive correram,

tentando salvar suas vidas. No texto, o MST discorre, ainda, sobre a ocupação nas terras e justifica o motivo.

Outro fato para se atentar é que as duas pessoas assassinadas são colocadas na matéria do MST como pais de família e trabalhadores, fato somente apresentado nas duas notícias do G1 quando faz uma citação direta de parte do trecho acima. Entendemos a importância da aproximação da cobertura para com as maiores vítimas do ocorrido. A apresentação de tais pessoas pode gerar desconforto de alguns, mas contribui para a empatia e a sensibilização do leitor.

Fica nítida a importância da mídia radical. Peruzzo (2009, p.132), afirma que a mídia radical proporciona outra visão sobre um determinado acontecimento e é:

[...] elaborada no âmbito dos movimentos populares e das comunidades, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação.

Vale observar que o enquadramento de cada matéria proporciona ao público uma visão do ocorrido entre PM e MST, o que já pode ser percebido na escolha das palavras. Para aqueles, os militantes “morreram”, para estes, foram “assassinados”; para aqueles, os militantes “invadiram” uma propriedade de posse de uma empresa, para estes, “ocuparam” latifúndios de terras que já tinham sido destinados à reforma agrária.

Nesse sentido, há a possibilidade de que para o G1, as mortes pudessem ser transmitidas de forma neutralizada ao serem inseridas em um contexto de “invasão” e pudessem ser justificadas com uma memória de mudas de pinos destruídas e uma menção do prejuízo, possivelmente alertando para os perigos das ações dos militantes, previamente conhecidos pela PM. Enquanto isso, para o MST (2016b), o “assassinato” dos “trabalhadores” é apresentado na perspectiva de “parte do clima de tensão que nasce na luta pelo acesso à terra e contra a grilagem na região”, em meio a “constantes ameaças por parte de seguranças e pistoleiros, ameaças essas que contam com a conivência do governo e da Secretaria de Segurança Pública do Estado”.

A voz de grupos marginalizados: a mídia possibilitando adequado espaço de expressão

Este estudo não poderia deixar de refletir os modos como a informação é escolhida e transmitida. Diante da lógica do lucro, os produtos culturais, artísticos e comunicacionais, incluindo o jornalismo, são potenciais suportes do sistema usado para a dominação. Por outro lado, conforme seus interesses, tais produtos também são meios de disseminação da equidade e da justiça.

A discussão traz a importância da abordagem da Comunicação para a Paz, que se relaciona, inclusive, a pautas do eixo de comunicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na promoção de estratégias de construção de uma Cultura da Paz. A comunicação comunitária, por sua vez, ao atuar na democratização da mídia, se liga a valores da Comunicação para a Paz, trazendo ao público a possibilidade de acesso a diferentes vozes.

Na mídia alternativa ou radical e em estratégias como a Comunicação para a Paz podem ser encontradas opções à comunicação tendenciosa, abrindo espaço para diferentes grupos e mensagens. Estudar essas possibilidades comunicativas se faz pertinente no cenário de dominação de grandes grupos de comunicação midiática, ampliando o conhecimento e a difusão de uma comunicação que promove a democratização da mídia.

Por conta de, com mais frequência, dar voz aos grupos marginalizados, a comunicação alternativa (ou mídia radical) frequentemente contextualiza os fatos a partir de visões não dominantes, oferecendo à sociedade a possibilidade de acesso a outros pontos de vista. Para o equilíbrio da comunicação, as falas devem ser adequadamente contextualizadas. É sintomático o fato de que as palavras de militantes, por vezes, sejam desprezadas por uma montagem ou sequência de escrita que a coloquem no plano da dúvida, levando o público a acessar um questionamento de sua veracidade. Tem-se em vista a importância da mídia alternativa, mas alertamos para a gravidade do fato de o público, com relação a pautas envolvendo os movimentos sociais e os grupos sócio-acêntricos, não encontrar em muitos veículos da mídia hegemônica uma abordagem ponderada dos fatos.

O jornalismo possui elevada importância para uma percepção ampla no que diz respeito à identidade de um movimento social e para uma percepção equilibrada de conflitos. Ele pode atuar favorecendo o aumento da consciência solidária, e, para tal, deve ser pensado em termos democráticos.

Faz-se importante reconhecer que as vozes dos movimentos sociais costumam ser negadas pelo discurso jornalístico de massa. Faltam espaços equilibrados ao debate. Com isso, o preconceito é construído, afastando a promoção da cidadania e o engajamento social.

As abordagens precisam manifestar sua ponderação ao dosar informações. A estrutura democrática de mídia deve buscar a honestidade e o equilíbrio entre os interesses privados e públicos, como aponta Shinar (2008, p.39), reconhecendo as

“considerações econômicas e de controle da mídia, assim como a necessidade de atividades que não assegurem lucro imediato”, sem esquecer a necessidade global por fatores de “informação, contextualização e transparência, desvinculados, tanto quanto possível, de interesses particulares”.

No compromisso com o coletivo, é necessário, de acordo com Nos Aldás (2010, p. 115), “comunicar para conceituar as experiências”. A responsabilidade da comunicação vai além de contar os fatos como são ou foram e abrange o uso do discurso para mostrar os aspectos preocupantes da realidade. É necessário interpretar a sociedade, bem como as responsabilidades da comunicação, a partir de interesses públicos e solidários.

Nos Aldás (2010, p. 121) destaca a importância de associar “o rigor informativo à personalização” de modo a promover “a identificação do receptor com os temas abordados.” O espaço para o sentimento no processo de compreensão das circunstâncias abordadas é, segundo a autora, enfatizado na transmissão das particularidades de cada realidade. Os sentimentos devem ir além da pena, da compaixão e da raiva, devendo ser “eficazes para uma sensibilização a longo prazo”. Conforme a autora a “leitura do passado e de suas injustiças, recuperando seus ensinamentos úteis. Para, deste modo, transformar estruturas que possam levar a situações paralelas ou interpretar e solver outras que já estejam se produzindo.” Percebe-se, desse modo, a importância do papel educativo da comunicação.

É importante a educação de comunidades para as mídias, tanto em termo de recepção como de produção. Com os avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação, cada vez mais, militantes encontram espaço de circulação de suas ideias. Como o próprio MST (2016a) menciona, “A comunicação tem um papel central na sociedade na disputa entre hegemonia e contra-hegemonia” sendo importante que a comunicação alternativa, feita pelo povo, seja promovida, na realização da disputa contra-hegemônica.

Considerações finais

Na lógica comercial, os grandes veículos de comunicação, de modo geral, possuem estreito vínculo com os grandes donos da terra e com grupos tradicionais mantenedores de uma ordem que atende aos interesses do patrimônio privado. Tais grupos, em todo o seu poder político e de patrocínio, encontram um espaço aberto às suas pautas, em detrimento à dos oprimidos. A militância é prejudicada em sua visibilidade e em sua legitimidade, por meio de uma inadequada construção de sua imagem, que omite aspectos e salienta certas circunstâncias delicadas de maneira imprópria, provocando inadequadas reações e percepções.

As representações dos movimentos sociais na comunicação carecem dos valores do jornalismo para a paz. O modo como a imagem do MST é construída de maneira superficial e como suas pautas são levadas ao desinteresse, a um segundo plano ou à omissão, demonstra a urgência de que a Comunicação para a Paz receba importância.

Por questões estruturais, neste artigo foi analisada uma pequena amostra de notícias. Reconhecemos que muitos outros exemplos, mais impactantes ou menos impactantes, poderiam ter sido utilizados, sem embargo, entendemos que a amostra é representativa; pode-se afirmar, com base em diferentes estudos, que certas características apresentadas pelos veículos, nas abordagens escolhidas e aqui expostas, não são frutos do acaso ou da coincidência.

Percebe-se que, no exemplo do evento ocorrido em Quedas do Iguaçu, Paraná, a mídia possuiu um espaço para contextualizar os fatos, apresentando o cenário no qual o conflito se deu, gerando empatia pelo movimento, mas, em se tratando do veículo de massa analisado, não dedicou atenção a tal possibilidade. Com relação à oportunidade de informar amplamente e educar para o respeito e a solidariedade, a imprensa de massa, aqui representada pelo G1, se demonstrou descomprometida, optando pelo imediatismo, recorrendo à abordagem de interesse de grupos de poder. Nesse cenário, a mídia alternativa revela sua importância ao possibilitar novos pontos de vista à sociedade. Destaca-se também o papel das redes sociais nesse processo de quebra de discursos hegemônicos.

Considera-se que no exemplo da representação jornalística hegemônica do MST, ocorre a naturalização da imagem que criminaliza o movimento; transpareceu a visão dos militantes como *um bando de gente que não tem o que fazer e rouba terras dos outros*, discurso, em outro momento, alimentado pela mídia tradicional. A sociedade não consegue entender para que o movimento existe e quais as bandeiras dele, pois de acordo com a mídia hegemônica, eles são “invasores” e não “ocupantes” no que seria de direito deles. Deste modo, infere-se

que de acordo com o enquadramento dado às notícias que retratam o movimento, as censuras se potencializam, pois os militantes, o movimento e as ações foram retratados de maneira equivocada. Considera-se que se a mídia não fizesse enquadramentos tão deturpados, a imagem do movimento perante a sociedade poderia ser mais positiva. Daí a importância do fortalecimento das mídias alternativas e do uso das redes sociais como forma de alcançar leitores.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, vol7, nº2. Dez, 2009.

CORDEIRO, Luciane; KANIAK, Thais. Confronto entre MST e polícia deixa mortos e feridos no sudoeste do PR. In: **G1** – notícias em Oeste e Sudoeste - PR. 7 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/confronto-entre-mst-e-policia-deixa-mortos-e-feridos-no-sudoeste-do-pr.html>>. Último acesso em: 24 nov. 2016.

DOWNING, John. **Parceiros não comunicativos**: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores sociais. Matriz, 2010.

ENTMAN, Robert M. **Framing**: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, 43 (4), p. 51-58, Aug. 1993.

GOFFMAN, Erving. **Análises do Frame**: os marcos da experiência. Mdra: Século XXI, 2006.

MST. MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 8 abr. 2016c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/08/mst-repudia-acao-da-pm-e-exige-punicao-imediata-dos-responsaveis-pelo-crime-cometido-contra-os-sem-terra-no-parana.html>>. Último acesso em: 24 nov. 2016.

MST. Quem Somos – Organização – Comunicação. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2016a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Último acesso em: 25 nov. 2016.

MST. Sem Terra são assassinados no Paraná. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 7 abr. 2016b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/07/sem-terra-sao-assassinados-no-parana.html>>. Último acesso em: 24 nov. 2016.

NOS ALDÁS, Eloísa. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita, In: JALALI, Vahideh R. R. (org.) **Estudos para a Paz**. Aracajú: Editora Criação, 2010, p.113-128.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5., 2007. Aracajú. Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: cultura acadêmica, 2009.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **As mídias radicais do MST: representações políticas e culturais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

WURMEISTER, Fabiula. MST afirma que vítimas mortas no Paraná foram atingidas pelas costas. In: **G1 – notícias em Oeste e Sudoeste - PR**. 8 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/mst-afirma-que-vitimas-mortas-no-pr-foram-atingidas-por-tiros-nas-costas.html>>. Último acesso em: 24 nov. 2016.